

Jornal da ANPPREV/SINPROPREV

Informativo da Associação Nacional dos Procuradores Federais da Previdência Social
e do Sindicato Nacional dos Procuradores Federais da Previdência Social

Câmara reinstala Comissão Especial para analisar mérito da PEC 443

Igualdade de remuneração das Carreiras Jurídicas com o Judiciário e Ministério Público

No dia 17 de agosto, a Presidência da Câmara dos Deputados designou mais uma vez a criação de uma Comissão Especial para analisar o mérito da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 443/2009, do deputado Bonifácio de Andrada (PSDB/MG), que institui o subsídio máximo das carreiras da Advocacia-Geral da União, das Procuradorias dos Estados e do Distrito Federal. Essa é a segunda vez que é criada uma comissão especial para analisar a PEC 443. Isso porque, até o final da legislatura passada não havia sido encerrada a discussão e votado o parecer favorável emitido pelo então relator, deputado Mauro Benevides (PMDB/CE). **Páginas 4 e 5**



Conferência da OAB terá participação da Advocacia Pública

Pela primeira vez, a Advocacia Pública participará da programação oficial da Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil. O evento, que será na cidade de Curitiba/PR de 20 a 24 de novembro, terá o painel da Advocacia Pública no dia 21 de novembro, às 14h30, momento no qual os advogados públicos terão voz e vez. Leia mais na página 4.



Em celebração dos 20 anos da ANPPREV, XVII CONPPREV será na Itália e Grécia

O XVII CONPPREV - Congresso Nacional dos Procuradores Federais da Previdência Social - será realizado em 2012 nas cidades de Pádua e Veneza, na Itália, com extensão até as Ilhas Gregas. O evento, parte do momento áureo de comemoração dos 20 anos de fundação da ANPPREV, já está com inscrições abertas por telefone ou e-mail. Vamos repetir o sucesso alcançado neste ano com CONPPREV realizado em Portugal e que contou com ampla participação da Advocacia Pública e elevado o nível de debates. Leia mais na **página 4**.



**ANPPREV assina acordo de Cooperação Internacional
com Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras. Página 4**

ANPPREV 19 anos

Ao completar 19 anos de existência, a Associação Nacional dos Procuradores Federais da Previdência Social (ANPPREV) se consolida como o pólo aglutinador e a casa da Advocacia Pública, palco de importantes decisões tomadas pelas entidades representativas das carreiras jurídicas de Estado.

Em sua já longa trajetória, a ANPPREV sempre foi pioneira na defesa da valorização da Advocacia Pública, acumulando inúmeras conquistas em favor da classe, dentre as quais merecem destaque o ingresso na Advocacia-Geral da União (AGU), o direito à intimação pessoal do advogado público, o pin (broche) que dispensa identificação nos órgãos públicos,

assento, voz e voto no Conselho Superior da AGU, o subsídio como forma de remuneração, além do prestígio de que desfruta a entidade no mundo associativo, jurídico e político.

Nas lutas em defesa do Estado brasileiro e da Advocacia Pública, em geral, e do servidor advogado das carreiras jurídicas, em particular, a ANPPREV sempre esteve à frente. Foi na sede da entidade, por exemplo, que se reuniu o "quartel general" da greve que levou à reestruturação remuneratória da carreira.



Tem sido presença constante no Congresso Nacional na luta pelo fim da contribuição dos inativos, contra a adoção da previdência complementar e na resistência ao projeto que limita o gasto com salário, com a desvinculação da despesa com pessoal da receita líquida corrente da União.

Atua ainda em favor da aprovação da PEC 443, que estende ao advogado público o mesmo subsídio do Judiciário e Ministério Público. Foi fundamental para a inclusão dos advogados públicos na

PEC 210 que restabelece o adicional por tempo de serviço, inicialmente destinada apenas aos magistrados e membros do Ministério Público.

Ao comemorar seu primeiro ano após a maioria, a ANPPREV e sua diretoria congratulam-se com seus associados, importantes que foram no alcance de suas realizações, e contam com seu imprescindível apoio no desafio de continuar liderando as lutas e jornadas para garantir prerrogativas, dignidade e remuneração justa para os integrantes da Advocacia Pública Federal, Função Essencial à Justiça.

Meire Lucia Gomes Monteiro Mota Coelho
Presidente da ANPPREV

Presidente da ANPPREV assume Diretoria no Forum Nacional da Advocacia Pública

No dia 10 de agosto, a presidente da ANPPREV, Dra. Meire Monteiro, tomou posse como Diretora Tesoureira do Forum Nacional da Advocacia Pública Federal. A cerimônia foi realizada na sede da nossa Associação, em Brasília.

Além da ANPPREV, congregam o Forum Nacional da Advocacia Pública Federal as associações (ANAJUR - ANAUNI - ANPAF - APAFERJ - APBC - SINPROFAZ), todas irmanadas na defesa da advocacia pública, da melhoria na prestação jurisdicional e do País.

Novos membros da Diretoria do Forum Nacional da Advocacia Pública Federal

Presidente: Allan Titonelli Nunes (SINPROFAZ)



Vice-Presidente: Joana d'Arc Alves Barbosa de Mello (ANAJUR)

Secretário Geral: Ciro Carvalho Miranda (ANAUNI)

Diretor de Assuntos Jurídicos: José Augusto Sansoni Soares (APBC)

Diretora Tesoureira: Meire Lúcia Gomes Monteiro Mota Coelho (ANPPREV)

Diretor de Comunicação: Rogério Filomeno Machado (ANPAF)

Presidente de Honra: João Carlos Souto (SINPROFAZ)

ANPPREV pede nomeação de Procuradores Federais

A ANPPREV, por meio do Forum Nacional da Advocacia Pública, enviou no dia 26 de agosto ofícios ao Advogado-Geral da União, ministro Luís Inácio Lucena Adams, e à ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, pedindo a nomeação dos aprovados no Concurso Público para provimento no cargo de Advogado da União de 2ª Categoria - Edital/AGU/ADV nº 38, de 2008, e o de Procurador Federal de 2ª Categoria - Edital/PGF/CESPE nº 01, de 2010.

No documento, a ANPPREV e o Forum enfatizam a importância da atuação das duas Carreiras, como a viabilização de políticas públicas fundamentais para o Brasil, incluindo as ações do Programa de Aceleração do Crescimento e que são voltadas à realização da Copa Fifa 2014 e pedem a nomeação dos aprovados no certame.

CONGRESSO NACIONAL

Câmara reinstala Comissão Especial para analisar mérito da PEC 443

Igualdade de remuneração das Carreiras Jurídicas com o Judiciário e Ministério Público

No dia 17 de agosto, a Presidência da Câmara dos Deputados designou mais uma vez a criação de uma Comissão Especial para analisar o mérito da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 443/2009, do deputado Bonifácio de Andrada, que institui o subsídio máximo das carreiras da Advocacia-Geral da União, das Procuradorias dos Estados e do Distrito Federal.

Essa é a segunda vez que é criada uma comissão especial para analisar a PEC 443. Isso porque, até o final da legislatura passada não foi encerrada a discussão e votado o parecer favorável emitido pelo então relator, deputado Mauro Benevides (PMDB/CE).

O pedido de desarquivamento da PEC 443 foi formulado pelo deputado Manoel Júnior (PMDB/PB) no início da atual legislatura, precisamente no dia 8 de fevereiro, e deferido pela Mesa Diretora da Câmara no dia 17 de agosto. Com isso, a PEC 443 retomará sua tramitação a partir da Comissão Especial.

ELEIÇÃO DO PRESIDENTE E ESCOLHA DO RELATOR

Na primeira reunião do colegiado especial, realizada dia 18



de agosto, foi instalada a Comissão Especial, eleito o presidente, deputado José Mentor (PT/SP), e designado o relator da PEC 443, deputado Mauro Benevides (PMDB/CE). Não houve eleição dos vice-presidentes.

COMPOSIÇÃO

Composta de 27 deputados titulares e igual quantidade de suplentes, a Comissão Especial foi instalada e ocorreu a abertura do prazo de 10 sessões ordinárias do plenário da Câmara para a apresenta-

ção de emendas à PEC 443.

O PT e o PMDB, partidos com as maiores bancadas da Câmara, têm quatro titulares cada. Em seguida aparece o PSDB, com três titulares e mesma quantidade de suplentes. O PP, DEM, PR e o PSB têm dois deputados cada.

O PDT, o Bloco PV e PPS, o PTB, o PSC, o PCdoB, o PRB, o PHS e PTdoB, tem um titular cada e direito à mesma quantidade de suplente. É importante ressaltar que ainda está pendente a indicação de seis parlamentares suplentes.

A PEC

De acordo com a PEC, o subsídio do grau ou nível máximo das carreiras da Advocacia-Geral da União, das Procuradorias dos Estados e do Distrito Federal corresponderá a 90.25% do subsídio mensal, fixado para os Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Os subsídios dos demais integrantes das respectivas categorias da estrutura da Advocacia Pública serão fixados em lei e escalonados, não podendo a diferença entre um e outro ser superior a 10% ou inferior a 5%, nem 90.25% do subsídio mensal fixado para os Ministros do Supremo Tribunal Federal, obedecido, em qualquer caso, o disposto nos artigos 37, XI, e 39, § 4º.

A ANPPREV, ao passo que externa o contentamento com a manutenção do deputado Mauro Benevides na relatoria da PEC 443/2009, manterá o esforço e o apoio incondicional em favor da aprovação, o quanto antes, da proposta de modo que seus efeitos e benefícios para toda a Advocacia Pública ocorram ainda em 2011. Confira a relação dos membros que integram a Comissão Especial da PEC 443.

ANPPREV realiza atividades em favor da igualdade entre as Carreiras Jurídicas

Em atenção ao princípio constitucional da isonomia entre as carreiras jurídicas de Estado, o Forum Nacional da Advocacia Pública Federal, colegiado do qual a ANPPREV tem a honra de compor, realizou entre os dias 9 a 12 de agosto, intensa mobilização em Brasília.

O objetivo foi chamar a atenção de parlamentares e governantes para a questão. Nesse período, realizamos diversas

visitas aos parlamentares, principalmente, os integrantes da Comissão Especial que analisa a PEC nº 443/09 – igualdade de remuneração das carreiras jurídicas com o Judiciário e Ministério Público – Também estivemos reunidos com autoridades do Governo Federal.

No encontro com os representantes do Poder Executivo, notadamente, do Ministério do Planejamento, discutimos e apre-

sentamos as reivindicações da ANPPREV e do Forum contidas na campanha salarial.

Destacamos que entre as atividades do dia 10 de agosto, na sede da ANPPREV, em Brasília, ocorreu a posse da nova Diretoria do Forum Nacional da Advocacia Pública Federal. A presidente da ANPPREV, Meire Mota Coelho, tomou posse como Diretora Tesoureira.

Ainda no dia 10 de agosto, a

ANPPREV participou do Seminário Internacional sobre Justiça Fiscal, evento do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES, da Presidência da República.

No Dia do Advogado, comemorado em 11 de agosto, a ANPPREV participou de diversos eventos alusivos à data, tanto no Conselho Federal da OAB quanto na seccional da Ordem no Distrito Federal.

CONGRESSO NACIONAL

Relançada a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Advocacia Pública

No dia 17 de agosto, na sala de reuniões da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, foi relançada a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Advocacia Pública. O Advogado-Geral da União, ministro Luis Inácio Lucena Adams prestigiou o evento.

Com adesão de 230 parlamentares, a nova frente Parlamentar será coordenada pelo deputado Aldo Rebelo (PCdoB/SP), que entende ser imprescindível a valorização da Advocacia Pública por ser um importante instrumento em favor da democracia e do País. “A advocacia pública é hoje uma das principais responsáveis pelo desenvolvimento do País. Nada mais legítimo que uma frente parlamentar para lutar em prol do seu fortalecimento”, disse Aldo Rebelo.

Constituída de deputados federais e senadores de diversos partidos, a Frente Parlamentar terá o objetivo de apoiar Advocacia Pública nos níveis federal, estadual e municipal. As discussões dos projetos de interesse da carreira que estão tramitando no Congresso terão prioridade no colegiado.

ESPAÇO PRIVILEGIADO DE DISCUSSÃO

Para o Advogado-Geral da União, ministro Luis Inácio Lucena Adams, convidado e presente no ato de criação da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Ad-

vocacia Pública, o colegiado proporcionará um espaço privilegiado e decisivo no Parlamento para a discussão dos temas relevantes para a carreira.

Segundo Adams, a Frente vai ao encontro do reconhecimento do papel que a Advocacia Pública tem cumprido para o Estado e para a sociedade. “Nós, advogados públicos, nos sentimos prestigiados quando o Congresso Nacional elege a advocacia pública como um tema de importância central”, disse.

O lançamento da Frente também contou com a presença do ex-Advogado-Geral da União e atual ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, para quem, “há, hoje, uma agenda da Advocacia Pública que precisa ser articulada”.

ESFORÇO DA ADVOCACIA PÚBLICA

Presente no lançamento da Frente, a presidente da ANPPREV, Diretora Tesoureira do Forum Nacional da Advocacia Pública Federal e presidente da Comissão Nacional da Advocacia Pública Federal, Dra. Meire Monteiro, entende que a formação da Frente Parlamentar é fruto de um trabalho a duras penas empreendido pelas entidades que defendem a Advocacia Pública, desde a Assembléia Nacional Constituinte, resultando na vigente Constituição.



E continua: “A Carta Cidadã assevera sobre a importância da Advocacia Pública para o funcionamento do Estado e efetivação

da Justiça, razão pela qual o Constituinte Originário incluiu-a entre as Funções Essenciais à Justiça.”

PEC da Reforma da Advocacia recebe parecer favorável da CCJ

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 452/2009, do deputado Paulo Rubem Santiago (PDT/PE), que trata da Reforma da Advocacia Pública – reestruturação, autonomia e honorários – recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados.

A PEC tem o objetivo de aperfeiçoar o sistema de Advocacia Pública, inserindo mudanças no desenho da Advocacia-Geral da União, das Procuradorias Estaduais e Municipais; além de equilibrar o tratamento constitucional entre as denominadas Funções Essenciais à Justiça.

Na CCJ, o novo relator, deputado

Mauro Benevides (PMDB/CE), destacou em seu parecer que a PEC 452 não ofende a forma federativa de Estado, o voto direito, secreto, universal e periódico, a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais. Por esses motivos, é a favor da aprovação da matéria.

SEGUNDO PARECER FAVORÁVEL

É importante ressaltar que esse é o segundo parecer favorável emitido à PEC 452/2009. O primeiro havia sido formulado pelo então deputado Vital do Rêgo Filho (PMDB/PB), que havia acatado a admissibilidade e juridicidade da proposta, apresentando como justificativa não ser possível

à Advocacia Pública desempenhar seu papel sem que lhe sejam asseguradas condições mínimas de independência técnica para os membros das carreiras de Advogado da União, Procurador da Fazenda Nacional, Procurador Federal e Procurador do Banco Central, bem como a inamovibilidade, a irredutibilidade e a vitaliciedade.

Ocorre que o parecer do deputado Vital do Rêgo Filho não chegou a ser votado na CCJ antes do término da legislatura passada, fazendo com que a PEC 452/2009 fosse arquivada. O primeiro passo no início da atual legislatura foi pedir o desarquivamento da proposta e redistribuí-la na CCJ.

LUTA PERMANENTE

A ANPPREV, ao passo em que expressa o contentamento com os dois pareceres favoráveis à aprovação da PEC 452/2009, não tem medido esforços para que a matéria seja aprovada na CCJ e tão logo seja criada a comissão especial para análise do seu mérito.

Ao se posicionar favoravelmente à PEC 452/2009 o deputado Mauro Benevides (PMDB/CE) dá sinais inequívocos de apoio incontestável à melhoria da Advocacia Pública cujo principal beneficiado serão a população e conseqüentemente o nosso imenso País.

ANPPREV 20 ANOS

Comemoração de 20 anos da ANPPREV terá XVII CONPPREV na Itália e Grécia

É com grande alegria que anunciamos a realização no segundo semestre de 2012 do XVII CONPPREV – Congresso Nacional dos Procuradores Federais da Previdência Social - nas cidades de Pádua e Veneza, na Itália, com extensão até as Ilhas Gregas.

O evento, que fará parte da comemoração dos 20 anos de fundação da ANPPREV, celebrados no dia 28 de agosto, será na primeira quinzena de setembro de 2012, na Universidade de Pádua, a 20 km de Veneza. Os interessados podem desde já fazer sua pré-inscrição no telefone (61) 3322-8564 ou enviando seus dados pessoais para o e-mail: anpprev@anpprev.org.br.

Para o sucesso de mais essa



edição do CONPPREV é imprescindível a participação de todos os advogados públicos, especialmente dos Procuradores Federais, já que estaremos



comemorando duas décadas de criação de nossa entidade associativa.

O evento, como de praxe, reunirá grandes nomes da Ad-

vocacia Pública e Privada, bem como do universo acadêmico, com a finalidade de debater temas de relevância para as carreiras e a advocacia.

Advocacia Pública participará da programação da Conferência Nacional da Ordem dos Advogados

Pela primeira vez, a Advocacia Pública terá participação na programação oficial da Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil. A atividade, inédita, será no painel denominado "O Papel da Advocacia Pública Brasileira no Século XXI – Crise Internacional, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico Social – Desafios para o Desenvolvimento Sustentável".

Para os debates foram convidados, entre outras personalidades ilustres, o Advogado-Geral da União, ministro Luís Inácio Adams, e o presidente do Conselho Federal da OAB, Ophir Cavalcante. No centro das discussões, além de questões corporativas, como prerrogativas e honorários, o combate à corrupção e a importância da Advocacia Pública no enfrentamento de crises.

A edição deste ano da Conferência Nacional da OAB será realizada na cidade de

Curitiba/PR e o painel da Advocacia Pública será no dia 21 de novembro, às 14h30, quando os advogados públicos terão voz e vez.

Diversas autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e da Advocacia Pública já confirmaram presença na XXI Conferência Nacional dos Advogados, que será aberto no dia 20 de novembro e prosseguirá com atividades até o dia 24 de novembro.

A ANPPREV, ao divulgar e participar ativamente do Congresso Nacional da OAB convida todos os associados a participarem desse evento importante, momento único para demonstrar a relevância e a concisão das carreiras que compõem a Advocacia de Estado.

As inscrições já estão abertas e mais informações sobre o evento podem ser consultadas no portal: <http://conferencia.oab.org.br/>



ANPPREV assina Acordo de Cooperação Internacional com Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras

Mais uma vez a ANPPREV brilha por seu ineditismo ao firmar um Acordo de Cooperação Internacional com o Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB), oportunizando, de maneira única, o intercâmbio dos associados e demais membros da Advocacia Pública através de estágios, cursos, mestrados e doutorados nas prestigiadas universidades conveniadas.

O Acordo, firmado durante o XVI CONPPREV e I Encontro Luso-Brasileiro da Advocacia Pública, realizados em abril deste ano em Portugal, abrilhantou o nosso congresso e concretizou o compromisso da nossa instituição com o estímulo e a promoção de intercâmbios, bem como a divulgação de nosso conhecimento jurídico, conforme o novo paradigma global de integração.

O GCUB é uma associação de dirigentes de Universidades de alto nível internacional, que oferece uma ampla gama de oportunidades acadêmicas e profissionais nos níveis de graduação e pós-graduação, e que revela grande interesse em internacionalizar o corpo discente e docente de suas Universidades-membro, e em acolher estudantes estrangeiros de diferentes nacionalidades.

O propósito do Acordo de cooperação firmado visa fortalecer a educação e o desenvolvimento humano no Brasil, por meio de:

- Promoção de parcerias estratégicas para fortalecer os vínculos de educação, cultura e desenvolvimento humano entre o Brasil e outras nações estrangeiras;
- Concretização de iniciativas que garantam aos membros das

carreiras das Advocacias Pública e Privada do Brasil a possibilidade de capacitarem-se, ensinarem, pesquisarem e beneficiarem-se com intercâmbios acadêmicos e culturais;

- Realização de ações conjuntas para a promoção de eventos culturais e científicos entre a ANPPREV e as Universidades conveniadas com o GCUB;
- Cooperação em todos os domínios de pesquisa, inovação e desenvolvimento do conhecimento jurídico; e

- Incentivo à mobilidade dos profissionais interessados, na qualidade de estudantes e/ou professores, orientada para a qualificação e o desenvolvimento da excelência no meio acadêmico, bem como no meio profissional em que exercem suas atividades.

CAPREV conclui V Módulo do Curso de Capacitação em Mediação e Arbitragem

A Câmara de Mediação e Arbitragem (CAPREV), concluiu no dia 28 de agosto o V Módulo sobre Técnicas de Mediação e Arbitragem do I Curso de Capacitação em Mediação e Arbitragem. O curso teve duração de 120 horas.

Coordenado pela presidente da ANPPREV, Meire Lúcia Monteiro Mota Coelho, e pelos Doutores Roberto Ricardo Mader Nobre Machado e Fabíola Luciana Teixeira Orlando Souza, o V Módulo teve três encontros.

O primeiro encontro, realizado dia 12 de agosto, foi dedicado à apresentação da CAPREV, do seu Regimento Interno e do Código de Ética dos Árbitros e Mediadores. No dia 19/08, o segundo encontro foi ministrado pela presidente da ANPPREV e teve a finalidade de discutir sobre considerações da Mediação e Arbitragem. Já no terceiro e último encontro, realizado dia 28 de agosto, foram apresentadas Técnicas de Mediação e Arbitragem e a entrega dos certificados de conclusão do I Curso de Mediação e Arbitragem.

O sucesso da conclusão do V Módulo do I Curso de Capacitação em Mediação e Arbitragem é uma realidade incontestável. A ANPPREV/CAPREV ao finalizar mais esse importante Módulo concretiza e dá cumprimento à missão institucional de defender os interesses profissionais, os direitos coletivos e individuais dos associados, ativos, inativos e pensionistas, oferecendo oportunidades de ampliação e renovação dos conhecimentos acadêmicos tanto para os nossos associados, quanto para outros membros das carreiras jurídicas e a sociedade.

Relançada a “Campanha Honorários para Todos”

A presidente da ANPPREV, Meire Lucia Gomes Monteiro Mota Coelho, participou no último dia 21 de setembro do relançamento da campanha Honorário para Todos lançada. O evento foi realizado no auditório do Conselho Federal da OAB, em Brasília.

Os honorários advocatícios são um percentual pago pela parte vencida no processo judicial ao advogado da parte vencedora. A campanha “Honorários para Todos”, lançada inicialmente em 2009, busca evidenciar a importância de se estabelecer um marco legal que possibilite aos membros da Advocacia Pública Federal a percepção do fruto do trabalho desenvolvido, conforme já prevê o Estatuto da OAB e o pagamento é realizado em 22 Estados da Federação.

A “Campanha Honorários para Todos” teve o seu relançamento na noite desta quarta-feira (21/09) em Brasília. A reunião da campanha, lançada inicialmente em 2009, ocorreu no auditório do Conselho Federal da OAB.

De acordo com presidente da ANPPREV, Diretora-Tesoureira do Fórum e presidente do Conselho Nacional de Advocacia Pública da OAB, Meire Mota, a campanha quando lançada há 2 anos, foi na OAB e o relançamento deveria dar prosseguimento na mesma Casa. “Lançamos aqui a campanha e acho justo que o relançamento também seja aqui para darmos



continuidade. O objetivo desta reunião é debater e abordar os pontos positivos e negativos dos últimos anos”, disse.

O presidente do Fórum Nacional, Allan Titonelli, destacou a importância de se obedecer ao Estatuto da Ordem que reserva o direito dos honorários ao Advogado. “Os honorários advocatícios são fruto do trabalho desenvolvido pelos advogados, cabendo à parte vencida pagar sucumbência ao advogado da parte vencedora. O Estatuto da OAB reconhece esse direito a todos os advogados.”, disse.

MOBILIZAÇÃO

Durante a reunião, dirigentes do Fórum pontuaram que a questão dos honorários precisa ser tratada com maior engajamento e mobilização das bases.

A Vice-presidente do Fórum e presidente da ANAJUR, Joana

Mello, disse que é preciso ter unidade. “Essa luta é de todos que integram a Advocacia Pública. O pleito dos honorários é um direito nosso. Essa campanha é mais do que justa”, disse.

O Diretor de Comunicação do Fórum e presidente da ANPAF, Rogério Filomeno, destacou que a campanha precisa avançar. “Os honorários são um embate que temos que tratar no Congresso Nacional. Nós estamos num momento de aproveitar os espaços que nos foram dados e avançar nestas questões, mas temos que nos mobilizar”, disse.

O presidente de Honra do Fórum, João Carlos Souto, também manifestou o trabalho conjunto e mobilizado para conseguir o pleito. “Acho que nós podemos sim continuar com essa bandeira e buscarmos um trabalho concatenado e sermos propositivos”, finalizou.

APOSENTADORIA

Frente Nacional São Paulo se mobiliza em favor das PECs 555 e 270

Extinção da contribuição dos aposentados e aposentadoria integral para servidores

No dia 15 de agosto, na sede da Associação de Professores Aposentados do Magistério Público do Estado de São Paulo (APAMPESP), em São Paulo, a Frente Nacional São Paulo realizou uma reunião com entidades associativas de servidores para enfatizar o apoio à aprovação das Propostas de Emenda à Constituição (PEC) 555/2006 e (PEC) 270/2008.

A PEC 555 é de autoria do então deputado Carlos Mota (PSB/MG), atual vice-presidente da ANPPREV, e propõe o fim à cobrança de contribuição previdenciária sobre os pro-

ventos dos servidores públicos aposentados. Já a PEC 270, inscrita pela deputada Andreia Zito (PSDB/RJ), busca garantir ao servidor aposentado por invalidez permanente o direito a proventos integrais.

A reunião precedeu a audiência pública agendada para o dia 31 de agosto pelo Movimento dos Servidores Aposentados e Pensionistas (MOSAP), em conjunto com instituições representativas do serviço público no Brasil, para debater as propostas.

Além dos representantes de entidades associativas, foram convidados os deputados federais

Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP), Delegado Protógenes (PCdoB/SP), João Dado PDT/SP) e Ivan Valente (PSol/SP).

TRAMITAÇÃO

A PEC 555/2006 bem como a PEC 270/2008 já foram aprovadas na Comissão de Constituição e na Comissão Especial. As duas matérias aguardam a inclusão na ordem do dia do plenário da Câmara dos Deputados para votação em dois turnos.

Em favor do agendamento das duas propostas já foram apresentados mais de 20 requerimentos. No entanto, lamentavelmente, até

o momento, as duas proposições não foram incluídas na agenda de votações da Câmara dos Deputados.

Participaram ativamente dessa atividade a Dra. Cleci Gomes de Castro, representante da ANPPREV em São Paulo, Dr. Armando Luiz da Silva, diretor da SINPROPREV e a Dra. Jeanete Tamara Praude, diretora da ANPPREV.

AANPPREV continua vigilante e na luta em favor da aprovação da PEC 555 bem como da PEC 270, que significam retorno da dignidade dos aposentados e pensionistas.

ANPPREV luta pela extinção da contribuição dos aposentados

O vice-presidente da ANPPREV e ex-deputado federal Carlos Mota participou nesta quarta-feira, 31/08, de evento realizado no Senado Federal em favor da aprovação das Propostas de Emenda à Constituição (PECs) 555/2006 e 270/2008, que buscam resgatar direitos e a dignidade dos aposentados e pensionistas.

A atividade foi convocada pelo Instituto Mosap – Movimento dos Servidores Aposentados e Pensionistas – coligado do qual a ANPPREV tem a honra de ser uma das mantenedoras e apoiadoras.

Ao falar no auditório Petrólio Portela do Senado, completamente lotado de aposentados, servidores, presidentes de associações e parlamentares engajados na luta por ampliação de direitos e da melhoria do serviço público,



Carlos Mota foi exaustivamente aplaudido quando convidado a compor a mesa de abertura do encontro e discursar sobre a PEC 555/2006, de sua autoria, que põe fim à maldada contribuição previdenciária de servidores inativos.

“É impressionante a força deste movimento. Parabéns a todas as entidades por essa mobilização. Chega de mu-

danças só com o propósito de afetar o servidor público, como se o servidor fosse responsável pelas mazelas do País”, exigiu.

E continuou: “ao longo dos últimos anos as mudanças feitas foram somente para prejudicar os servidores brasileiros”, assegurou. Carlos Mota também reclamou da pouca participação dos novos

servidores, que “são poucos os engajados”, e sugeriu que os participantes do encontro reúnam os demais colegas em seus estados para aumentar a mobilização em favor da aprovação das duas matérias.

Quanto à PEC 270/2008, trata-se de proposta de autoria da deputada Andreia Zito (PSDB/RJ), que busca garantir o retorno da integralidade e da paridade para os servidores aposentados por invalidez permanente.

A aprovação e conseguinte promulgação dessas duas emendas constitucionais são extremamente importantes para colocar um ponto final nas injustiças criadas pelas reformas previdenciárias dos últimos anos, motivos pelos quais a ANPPREV não tem medido esforços para sua inclusão na Carta Cidadã de 88.

Ações Judiciais

ANUËNIOS

Todas as requisições de pequeno valor que estavam pendentes foram emitidas. O INSS já fez carga no processo e esperamos para breve a devolução para que as mesmas sejam encaminhadas ao setor de pagamento.

3,17% - MANDADO DE SEGURANÇA

Esperamos para breve a ultimação dos trâmites para efetivação do acordo proposto pelo SINPROPREV.

3,17% - DEVOUÇÃO DO ISS BLOQUEADO

O processo está com carga para a Procuradoria Geral Federal relacionar as pessoas que têm direito à devolução e indicar o valor que será devolvido. A ANPPREV está atenta ao processo e quando a PGF fizer a carga no processo acompanharemos mais de perto.

TERÇO DE FÉRIAS – NÃO INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA

O pedido de isenção foi julgado procedente. A ANPPREV aguarda o julgamento dos Embargos de Declaração propostos para inicia a apuração de valores e dar prosseguimento ao feito.

DIFERENÇA DA PROGRESSÃO FUNCIONAL

Foi concluída para Sentença em 13 de julho de 2011.

28,86% - PROCURADORES INGRESSOS NA CARREIRA EM FEVEREIRO DE 2000

Sentença publicada. Pedido procedente. A ANPPREV pediu preferência.

28,86% - REPOSIÇÃO SALARIAL - LEIS 8622 E 8627 RETROATIVOS A 1º DE JANEIRO DE 1993

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao Agravo Regimental. O Acórdão foi publicado no DJE em 1º de agosto de 2011. Ainda este mês, a ANPPREV estará dando entrada na execução da Sentença.

EXAME DA ORDEM

ANPPREV manifesta apoio à continuidade da prova da OAB

Entre os dias 28 e 29 de julho, a ANPPREV juntamente com os dirigentes do Forum Nacional, participaram da reunião ordinária da Comissão Nacional da Advocacia Pública da Ordem dos Advogados do Brasil, em Brasília. Na oportunidade o Forum externou apoio à continuidade do exame da OAB.

Na pauta de discussões, além do exame da Ordem, diversos outros assuntos de interesse para a Advocacia Pública como o planejamento da participação da CNAP e das Comissões Seccionais de Advocacia Pública na XXI Conferência Nacional dos Advogados em Curitiba, de 24 a 29 de

novembro; as PEC's 443/09 e 452/09; a Lei Orgânica da Advocacia Pública, dentre outros.

Na oportunidade, o presidente do Forum informou que o colegiado ingressará como amicus curiae no RE nº 603.583, cuja repercussão geral já foi admitida, defendendo a constitucionalidade do exame de ordem.

A ANPPREV, além de fortalecer o coro das entidades favoráveis à continuidade do exame da Ordem, sinaliza de maneira veemente o contentamento em compor o Conselho Federal da OAB, especialmente a Comissão da Advocacia Pública, colegiado do qual nossa associação tem a honra e o privilégio de dirigir.

EXPEDIENTE

Endereço: SAS - Qd. 6 - Bl. K - Ed. Belvedere - Grupo 4
Brasília-DF - CEP: 70070-915 Telefone: (61) 3322-8564 - Fax: (61) 3225-4288
www.anpprev.org.br anpprev@anpprev.org.br
Editado por F4 Comunicação

CONSELHO EXECUTIVO

Presidente - MEIRE LUCIA GOMES MONTEIRO MOTA COELHO
Vice-Presidente Executivo - CARLOS DOMINGOS MOTA COELHO
Vice-Presidente de Finanças e Patrimônio - ANTONIO RODRIGUES DA SILVA
Vice-Presidente de Administração - AUGUSTO BRITO FILHO
Vice-Presidente de Comunicação e Relações Públicas - JEANETE TAMARA PRAUDE
Vice-Presidente de Assuntos Legislativos - MARIA SANTÍSSIMA MARQUES
Vice-Presidente de Mobilização - JOSÉ PERPÉTUO DE SOUZA
Vice-Presidente de Aposentados e Pensionistas - IVO ZAULI
Vice-Presidente de Assuntos Jurídicos - MARIA NAZARÉ FONTENELE FROTA
Vice-Presidente de Política de Classe, Ética e Cultura Profissional - VERA LUCIA MIRANDA SARMET
Vice-Presidente de Serviço Social - SUELI APARECIDA DIAS DE MEDEIROS
Vice-Presidente de Assuntos Institucionais - CARLOS ANTONIO DE ARAÚJO
Presidente do Centro de Estudos Jurídicos - ROBERTO RICARDO MADER NOBRE MACHADO

CONSELHO FISCAL

Presidente
ANTONIO JOSÉ PELÁGIO LOBO E CAMPOS
CLECI GOMES DE CASTRO
LIGIA MARIA DA SILVA AZEVEDO NOGUEIRA

SUPLENTES

LUIS ALBERTO CARDOSO GAMA
FATIMA LIDUINA SALDANHA DE CARVALHO
SONIA CHRISTINE DE CARVALHO FERREIRA

Representantes Estaduais:

Acre: CELSO DE CASTRO CAITETE; **Alagoas:** HERÁCLITO GOMES PORANGABA; **Amazonas:** TEREZINHA RODRIGUES DOS SANTOS; **Bahia:** PEDRO DE ALCANTARA SOUZA LACERDA;
Ceará: SAMUEL ALBUQUERQUE RODRIGUES; **Distrito Federal:** ELIZABEHT REGINA LOPES MANZUR; **Espírito Santo:** MARIA DAS GRAÇAS LAGARES DE SOUZA GRATZ; **Goiás:** EULINA DE SOUSA DORNELLES BERNI; **Maranhão:** LEDIAN MARIA SILVA MENDES; **Minas Gerais:** LUZIA CECÍLIA COSTA MIRANDA; **Mato Grosso do Sul:** ADRIANA MARIA DE CASTRO RODRIGUES; **Mato Grosso:** JOILCE FIGUEIREDO LAGRECA;
Pará: LUIZ CARLOS MARTINS NOURA; **Paraíba:** RAIMUNDO DE ALMEIDA JUNIOR; **Pernambuco:** MARIA ANTONIETTA DUARTE SILVA; **Piauí:** FRANCISCO MAURO DE SOUSA CARVALHO; **Paraná:** HENRIQUE CLOSS;
Rio de Janeiro: MARIO OLIVEIRA DOS SANTOS; **Rio Grande do Norte:** MARIA ANGELA FARIAS DE LUCENA PRADO; **Rio Grande do Sul:** OSCAR JOSÉ TOMASONI MONTEIRO DE BARROS;
Santa Catarina: ENI TEREZINHA ARAGÃO DUARTE; **Sergipe:** JOSE FRANCISCO COSTA;
São Paulo: CLECI GOMES DE CASTRO.

Delegados Sindicais: **Ceará** - Helton Heládio Costa Lima Sales, **Distrito Federal** - Leopoldo Gomes Muraro, **Goiás** - Francisco Antônio Nunes, **Maranhão** - Durval Soares da Fonseca Jr., **Minas Gerais** - Luzia Cecília Costa Miranda, **Piauí** - Silvana Marinho Costa, **Rio de Janeiro** - José Maria dos Santos Rodrigues Filho, **Santa Catarina** - Sérgio Henrique Dias Garcia, **Sergipe** - Alberto Lourenço de Azevedo Filho